



Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – MAIO DE 2016

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, na Sala Teatro Afonso Arinos, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis Maria Luísa Rocha Melo, Christiana Notini Limp, Drica Madeira e Leonardo Cerqueira, estando presentes ainda a conselheira Aline Castella Freire, representante do segmento de audiovisual; conselheiro Oudair Teixeira Azevedo, representante da Secretaria de Governo; conselheira Juliana L. Troyack Santana, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; conselheira Wanderléya de Oliveira e seu suplente Felipe Laureano, representantes do segmento de dança; conselheira Regina Elena Guimarães e sua suplente Mary de Paula, representantes do segmento de teatro; conselheiro Jaime Moreno e sua suplente Maria Lucia S. Lopes, representantes do segmento de literatura; conselheiro Lucas Sixel, representante do segmento de cultura de rua; conselheira Monica Valverde Xavier, representante do segmento de cultura afrobrasileira, indígena e popular; conselheiro Robson Mello, representante do segmento de bandas marciais; conselheiro Philippe de F. Z. Fernandes, representante da Coordenadoria de Comunicação Social; conselheiro Pedro de Almeida Fideles, representante dos museus; conselheira Deise M^a C. Goettner, representante da Secretaria de Educação; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante das escolas de samba e blocos carnavalescos, e a conselheira Josana Valle e sua suplente Graça Pimentel, representantes do segmento de artes plásticas. Também presentes os visitantes Thiago Pires, Marcio Negócio, Julia Fadul (FCTP), Priscila Castro (Studio HipBoi/Ciranda) e Cristiane Monteiro (FCTP). Justificada a ausência do conselheiro Carlos Lima, conforme documento anexo.

Realizada a leitura e aprovação da ata da assembleia ordinária do mês de abril.

Iniciando a reunião, Leonardo Randolpho esclareceu a respeito do acesso ao Edital de Seleção de Projetos Culturais 2016, dizendo que a FCTP já publicou em seu site a versão em pdf, incluindo seus anexos. Monica Valverde solicitou que fosse feito também, na publicação do edital, um link para o Diário Oficial onde está publicado o Plano Municipal de Cultura de modo a facilitar os trabalhos dos candidatos. Josana Valle sugeriu que as datas que estipulam os prazos de inscrição sejam prorrogadas devido ao atraso na publicação do edital, ao que Leonardo Randolpho ponderou que isso gerará um atraso também na execução dos projetos. Jaime Moreno solicitou que os arquivos relativos aos formulários sejam disponibilizados em Word, ao que foi respondido que não é permitida esta prática. Maria Lucia Lopes fez um protesto com relação à demora inexplicada da publicação do edital, dizendo que a sociedade civil está sendo maltratada pela falta de consideração do poder público. Reclamou que a sala anteriormente designada para participação popular no Centro de Cultura está hoje trancada, ficando a sociedade sem o espaço para dialogar com a FCTP. Mencionou que existe uma burocracia perversa no processo e que não gostaria mais de concorrer ao edital. Disse estar revoltada e que achava que a sociedade civil merecia um pedido de desculpas e esclarecimentos sobre o que aconteceu. Regina Guimarães sugeriu que a FCTP disponibilizasse um suporte técnico para que o cidadão entendesse as exigências do edital. Drica Madeira respondeu que, antes de tudo, o edital foi todo elaborado por Leonardo Randolpho sendo aprovado pelo Conselho. Com relação à burocracia, disse que quem ordena as despesas é o poder público que deve atender aos trâmites legais exigidos pelo Tribunal de Contas. Esclareceu que não seria o presidente do CMC que deveria entender dos trâmites internos do poder público, e que o atual governo acha procedente que todos os editais públicos municipais sejam antes respaldados pela Procuradoria, o que pode ter ocasionado demora da publicação. Achava que o presidente do CMC poderia ter emitido uma nota de esclarecimento, não podendo ter estabelecido prazos, como equivocadamente o fez. Com relação à sala de participação

popular, informou que ela está temporariamente fechada por questões internas da FCTP. Referente ao pedido da conselheira Regina Guimarães de que seja disponibilizado pela Fundação um suporte técnico para entendimento do edital, ela lembrou que todo ele foi discutido ponto a ponto durante assembleia do CMC. Monica Valverde observou que a Secretaria de Estado de Cultura oferece este suporte, e Ivo Mendes opinou que quem tivesse dúvidas poderia procurar a FCTP para obter esclarecimentos. Kika Notini se ofereceu para orientar e dirimir todas as dúvidas a respeito do edital. Leonardo Randolph se pronunciou dizendo que de fato não cabe ao presidente do Conselho elaborar o edital, mas que ele pessoalmente não tem o perfil de se acomodar e esperar que o façam. Disse que possui uma experiência anterior e que adquiriu um entendimento mínimo sobre isso, mas que os procedimentos são mudados a cada gestão, devendo se alinhar a todas estas modificações. Entende que o Conselho não executa realmente, e que está ciente de que tudo deverá ser antes passado pelo setor jurídico e se submeter à tramitação adotada. E que este episódio certamente serviu de lição para acertar nas próximas vezes, agindo com mais cautela e prudência. Se comprometeu a orientar a quem estiver precisando de esclarecimentos quanto ao edital, devendo somente agendar com a secretaria do Conselho, sendo esta uma atribuição, a de promover a capacitação, presente no PMC. Monica Valverde disse não achar o edital tão burocrático, apoiou a reivindicação de Regina Guimarães quanto à disponibilização de suporte técnico, ratificou o seu pedido de disponibilização do link do PMC no edital e disse não achar necessária a prorrogação dos prazos estabelecidos pelo edital. Leonardo Cerqueira lembrou que já houve anteriormente problemas com prazos estabelecidos e que estes são estimados. Ressaltou que o edital é um ganho da sociedade civil. Leonardo Randolph esclareceu ainda que resolveu divulgar o edital assim que ele foi aprovado e que continuará fazendo, visto que o CMC é uma ferramenta importante da sociedade civil. Sendo assim, encaminhou que as datas do edital fossem mantidas e que este fosse amplamente divulgado. Todos aprovaram a proposta encaminhada.

Josana Valle lamentou o fato de não se poder vender as obras de arte nas galerias por estar contra o regulamento, e de os artistas terem de custear uma pessoa para permanecer nos locais durante as exposições. Disse que anteriormente eram repassados dez por cento do valor das vendas feitas à Fundação e que eram mantidos nas galerias estagiários contratados. Sendo assim, gostaria de encaminhar que estas práticas fossem retomadas. Drica Madeira respondeu que este repasse, se assim faziam, era irregular, pois não é permitida nenhuma venda formal nestes espaços. Disse também que a FCTP está passando por momentos muito difíceis com relação ao número de pessoal disponível. Thiago Pires observou que nenhum estagiário, por lei, pode se responsabilizar pelo espaço público.

Marcio Negócio divulgou o abaixo-assinado encabeçado pelo Grupo Povo do Santo contra a Intolerância que reivindica a criação da Comissão Municipal de Combate à Intolerância Religiosa, via decreto.

Leonardo Randolph iniciou o debate sobre a dinâmica a ser estabelecida para os trabalhos de revisão do Plano Municipal de Cultura. Explicou que, segundo a Lei 6806/10, o PMC foi elaborado com a participação ampla da sociedade, esta dividida em treze grupos temáticos: GT I: Música, GT II: Artes visuais, GT III: Artes digitais e audiovisual, GT IV: Artes cênicas, GT V: Literatura e bibliotecas, GT VI: Artesanato, GT VII: Dança, GT VIII: Étnicos I, GT IX: Étnicos II, GT X: Juventude e culturas urbanas, GT XI: Patrimônio e museologia, GT XII: Instituições da sociedade civil e movimentos sociais e GT XIII: Comunicação. Disse ainda que deverá ter uma ampla divulgação para que haja participação popular no envio de novas propostas, e que elas sejam analisadas e reunidas quando houver possibilidade de “aglutiná-las”. E que será apresentada por ele uma pré-proposta de metodologia de trabalho da revisão. Todos receberão em seus e-mails o link que direciona ao Sistema Municipal de Cultura para que todos leiam e tomem conhecimento, sobretudo, de seu Artigo 28 que fala sobre o PMC e sua forma de concepção.

Aline Castella comunicou, a pedido, que a conselheira titular do segmento Regina Bortolini está impossibilitada de comparecer às reuniões por conflitos de horários com agenda profissional, e que solicitou informações relativas ao andamento da implantação do Petrópolis Film Commission e à agenda proposta para a Sala de Cinema Humberto Mauro. Drica Madeira respondeu que, quanto à Sala de Cinema, a FCTP acatou que não haja exploração onerosa do espaço, mas não acatou a programação sugerida pelo segmento. Solicitou o encaminhamento de ofício para agendar reunião de

discussão sobre esta pauta.

Dando início aos informes gerais, Josana Valle divulgou as exposições “Olhar Feminino” no Sesc Quitandinha e “Profissão Artista 2” na Galeria Djanira, no Centro de Cultura. Anunciou a abertura de sua exposição individual “Luz e Ilusão” no Espaço Cultural Inter TV.

Ivo Mendes participou a todos sobre a criação da Escola de Samba Império da Serra que movimentará o segmento e que esta já está filiada na Associação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Monica Valverde divulgou o movimento de coleta de assinaturas liderado pelo segmento de cultura afrobrasileira, indígena e popular que solicita a restauração e colocação em local de destaque no Centro de Cultura do quadro pertencente ao mesmo e que representa um rito religioso da cultura afrobrasileira, avariada por vândalos em 2011 e que hoje está depositado no camarim do Teatro Afonso Arinos.

Maria Lucia Lopes sugeriu que seja feita audiência pública na Câmara Municipal com os vereadores, para que a sociedade civil se aproprie dos trabalhos desenvolvidos por eles em prol da cidade. Sugeriu que esta ação seja feita antes das eleições para servir de embasamento às decisões de voto nas próximas eleições. Ivo Mendes concorda que seria melhor fazer esta cobrança após as eleições, com a nova formação da Câmara já definida. Leonardo Randolph disse que irá pautar este assunto para as próximas reuniões.

Aline Castella solicitou que o segmento pretende trazer o Fórum Audiovisual no Rio de Janeiro a Petrópolis após a culminância da revisão do Plano Municipal de Cultura.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Leonardo Randolpho.

Petrópolis, 09 de maio de 2016.

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária

Leonardo Randolpho
Presidente